



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA do empreendimento Usina Termelétrica Carioba II, de responsabilidade da Intergen do Brasil, realizada na cidade de Limeira.

Realizou-se, no dia 24 de maio de 2001, às 19:00 horas, no Salão Social do Nosso Clube, na Av. Ana Carolina de Barros Levy, 235, na cidade de Limeira, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA do empreendimento Usina Termelétrica Carioba II, de responsabilidade da Intergen do Brasil. Dando início aos trabalhos, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, depois de declarar que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Estadual Ricardo Tripoli - que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo –, saudava e dava boas-vindas a todos que haviam comparecido, informou que passaria a compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazerem parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN e Diretor do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, Sérgio Pascoal Pereira, e o representante do Consema, escolhido entre os presentes, Carlos Alberto Hailer Bocuhy. Depois de expor, resumidamente, as normas estabelecidas pela Del. Consema 50/92 para a condução das Audiências Públicas, declarou que se passaria à primeira etapa, das exposições. Miguel Saad, diretor técnico da CPFL Geração de Energia S.A, fez os seguintes comentários em nome do empreendedor: que, inicialmente, chamava atenção para o fato de que, se até um mês atrás se falasse de termelétricidade em Limeira ou em qualquer outra cidade da região, se falava de um assunto novo para a maioria das pessoas, o que igualmente aconteceria se se falasse de racionamento ou escassez de energia, pois estes eram assuntos restritos às autoridades e aos órgãos técnicos do setor elétrico, e que, atualmente, acontecia o contrário: esses eram os temas sobre os quais mais se conversava; que a CPFL era uma empresa com 88 anos de tradição na região, atuando em todo o Estado de São Paulo, e que, atualmente, tentava dar uma resposta rápida e eficaz a essa ameaçadora crise energética, embora até pouco tempo tivesse uma atuação restrita ao setor de distribuição de energia elétrica, pois contava com apenas dezesseis pequenas centrais hidrelétricas e uma termelétrica a óleo, distribuindo energia para 234 Municípios, alcançando ao todo 8 milhões de pessoas; que, há um ano ou há pouco menos de um ano, a CPFL, por orientação dos seus acionistas, criou a CPFL Geração de Energia, com o objetivo de atuar e investir fortemente na geração de energia elétrica, aumentando a potência das dezesseis pequenas centrais e investindo na implantação de novas usinas dentro e fora do Estado de São Paulo, com investimentos em torno de 1,3 bilhão de reais e acrescentando ao parque gerador da CPFL 1.200 MW; que dentro do Estado de São Paulo não havia mais potencial hidráulico para ser explorado, motivo por que a saída era a termelétricidade limpa, com gás natural; que essa fora a razão da parceria que a CPFL Geração de Energia estabeleceu com empresas que tinham experiência, *knowhow* e disponibilidade, como era o caso da Intergen, que possuía mais de 12 mil MW de termelétricidade a gás natural no mundo inteiro, principalmente nos Estados Unidos e na Europa; que a Usina Termelétrica Carioba II era uma usina que possuía os equipamentos mais modernos existentes, com 945 MW disponíveis para serem operados na base e que, para o Brasil, em particular para o Estado de São Paulo, um projeto assim significava garantia de manutenção e crescimento da atividade produtiva e, conseqüentemente, manutenção de empregos; que há mais de um ano estavam na região oferecendo esclarecimentos sobre essa usina, tendo organizado e coordenado mais de cinquenta palestras no Município, promovido debates, eventos, seminários e reuniões com todos os órgãos representativos da comunidade e das autoridades dos Poderes Legislativo e Executivo, uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

vez que a democracia pressupunha debate e respeito à opinião contrária; que, embora essa termelétrica fosse um empreendimento muito discutido, alguns setores ainda reagiam emocionalmente em relação a ela, o que levava a impedir ou a dificultar a compreensão do projeto, que, além do benefício de tornar disponível uma grande quantidade de energia num curto espaço de tempo, trazia benefícios ambientais, e era obrigação demonstrar esses fatos à exaustão; que a escolha do local para implantação desse empreendimento foi orientada por uma série de pré-requisitos técnicos e que o fato de se ter escolhido Americana não impedia que seus benefícios também se estendessem até Limeira, principalmente no que dizia respeito à disponibilidade de energia de geração firme, com confiabilidade e qualidade, e à preocupação com os aspectos sociais e com a preservação da qualidade do meio ambiente. Gorete Pereira Paulo, igualmente representante do empreendedor, teceu as seguintes observações: que a realização de audiências públicas era a oportunidade criada pela legislação ambiental para que a sociedade tomasse conhecimento e manifestasse suas opiniões a respeito de empreendimentos como esta termelétrica, cujo EIA/RIMA, elaborado por uma empresa independente de consultoria ambiental, estava sendo apresentado mais uma vez à sociedade, para que o discutisse; que, dificilmente, um projeto havia sido tão discutido quanto este, pois, nessas últimas semanas, ele fora apresentado a pesquisadores, a estudiosos do meio ambiente, a entidades voltadas para a promoção do desenvolvimento social e econômico, a líderes comunitários, vereadores, prefeitos, deputados e também à imprensa, e que dessas discussões os empreendedores vinham participando ativamente; que passaria a apresentar algumas observações feitas por especialistas que, apesar de não integrarem à equipe que elaborou o EIA/RIMA, analisaram o projeto e atestavam sua viabilidade, pois afirmavam, entre outras coisas, que essa usina utilizaria a tecnologia mais avançada do mundo, inclusive para o controle das emissões de carbono; que o gás natural era um combustível extremamente limpo; que as emissões de óxido de enxofre e de particulados eram extremamente desprezíveis; que as emissões totais de ácidos de nitrogênio equivaleriam às de cinco usinas de açúcar de porte médio e seriam três vezes menores que as da Refinaria de Paulínia; que o acréscimo de concentração de NOx sobre o fundo já existente, de 52,4 microgramas por m³ de ar, era muito pequena e equivalia a 0,7%; que a concentração total de óxido de nitrogênio era quase a metade daquela estabelecida pelas normas brasileiras de qualidade do ar; que, no relatório técnico da OMS e nas diretrizes da qualidade do ar publicadas no ano passado, não era feita nenhuma referência aos possíveis efeitos cancerígenos dos poluentes emitidos pelas térmicas a gás; que o volume de 153,05 milhões de m³/dia de gás tenderá a se elevar e a não se espalhar pelas vizinhanças e regiões próximas; que a força dispersiva dos ventos era suficiente para diluir os poluentes assim que forem lançados na atmosfera pelas altas chaminés, não existindo nenhuma condição, na região, para formação da chuva ácida; que, com relação à água, além de o reservatório não estar assoreado, a demanda era pouco expressiva em relação ao seu volume total e que os empreendedores tinham condição de regularizar a vazão do Rio Piracicaba no período de estiagem; e que as medidas compensatórias garantiriam um investimento da ordem de 24 milhões de dólares, o que atenuará bastante os prejuízos ecológicos que, por acaso, esta região vier a sofrer. Alderico Marchi, representante da RM Consultoria, responsável pela elaboração do EIA/RIMA, informou que apresentaria um vídeo mostrando os principais aspectos do empreendimento, os impactos que poderia causar e as mais significativas medidas estruturais compensatórias que adotaria com a finalidade de minimizar esses possíveis impactos. Depois de apresentando o vídeo, este profissional teceu algumas considerações sobre o EIA/RIMA, entre as quais, os nomes dos profissionais que o elaboraram, as análises feitas sobre a região em que seria implantado o empreendimento, de que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

modo será suprida sua demanda por água, seu processo de operação, as estratégias adotadas para equilibrar a vazão do Rio Piracicaba, as medidas que serão adotadas para que as emissões não ultrapassem os padrões estabelecidos para manutenção da qualidade do ar, e todo o empenho que será feito para que os benefícios que sua implantação acarretará, que é aumentar a energia disponível, não sejam contrabalançados por uma perda da qualidade de vida dos habitantes da região. Passou-se à exposição dos representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Paulo Figueiredo teceu as seguintes considerações: que o Brasil atravessava uma séria crise energética, que, a despeito de ser real, tem sido utilizada com o objetivo claro de privilegiar uma internacionalização ainda maior do setor de energia elétrica do País, o que se devia a inúmeros motivos, como a má gestão do Governo e a adoção de um modelo errado para privatização desse setor; que, num contexto de racionalização do uso de energia, as potencialidades do gás natural mereciam destaque, se utilizado para co-geração ou para substituir os combustíveis fósseis tradicionais, reduzindo as emissões de poluentes, mas que não lhe parecia ser esta a intenção do projeto que se estava discutindo; que a precariedade dos estudos feitos sobre ele e de suas propostas o inviabilizava ambiental e socialmente; que o empreendedor não tinha o menor interesse em contribuir para a solução da crise energética, uma vez que o único objetivo do seu projeto era maximizar seus benefícios; que, nesse momento, se estava analisando a proposta de instalar essa termelétrica no Município de Americana e que, se se mudasse para outra cidade, deveriam ser feitos novos estudos, isto é, um novo EIA/RIMA; que outra questão que lhe causava estranheza relacionava-se com o fato de o empreendedor evitar referir-se à Shell, sua parceira majoritária neste projeto, em conjunto com a Intergen e a CPFL; que, com relação aos dados de qualidade do ar da região, eram analisados pela Cetesb apenas fumaça e SO₂, sendo os dados relativos à emissão de fumaça na cidade de Limeira superiores àqueles referentes às das cidades de Americana, Paulínia e Cubatão, enquanto os dados relativos às emissões de SO₂ nessa mesma cidade eram igualmente superiores aos de Americana e Paulínia, só perdendo para Cubatão; que considerava um absurdo o fato de a Cetesb não monitorar o ozônio na região e lamentava também que o empreendedor não tivesse a menor preocupação em monitorar a emissão desse poluente nem tampouco o de NO_x, que seriam os precursores da formação do NO₃; que, para gerar os 1200 MW a que se propunha essa usina, a termelétrica consumiria 6,4 milhões de m³/dia de água; que esse empreendimento seria a segunda maior fonte de poluição de toda a região, perdendo apenas para a Replan; que, dos 360 a 412 litros de água por segundo que seriam retirados do Rio Piracicaba, 90% se evaporariam, ou seja, não voltariam para esse rio, e que o empreendedor estava se utilizando de um artifício enganoso ao tentar mostrar essa retirada como algo benéfico, o que não era verdadeiro porque essa água evaporada havia sido previamente tratada na estação de tratamento, podendo retornar ao rio em melhores condições; que a documentação apresentada continha inúmeros problemas, verdadeiros erros didáticos, referindo-se um deles à justificativa locacional, uma vez que efetivamente ela não explicava a escolha de um lugar tão comprometido do ponto de vista ambiental; que outro erro consistia na utilização de tecnologias mais brandas, particularmente aquelas que seriam utilizadas no resfriamento da água, pois deveriam ser utilizadas torres secas, por serem as mais adequadas às características regionais; que, de acordo com o RIMA, as alternativas locais deveriam inserir-se na área de concessão da CPFL, compradora da energia gerada pela usina, condição esta bastante limitadora para a escolha do local, além de ser injustificável por existirem atualmente redes capazes de levar a energia para qualquer lugar; que outra limitação imposta era a condição de que o local do empreendimento se inserisse igualmente na área de distribuição do Gasoduto Brasil-Bolívia,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

responsável pelo fornecimento de gás natural à usina, o que igualmente mostrava como as restrições eram arbitrárias; que a Resolução Conama 01/86 era o instrumento legal que regulamentava a elaboração dos EIAs/RIMAs, a qual determinava que esse estudo deveria contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização existentes, as quais deveriam ser confrontadas com a hipótese da não-execução desse projeto; que a seleção da área deveria basear-se na análise de diversos fatores, comprovando-se assim por que a área escolhida era a que detinha as melhores condições para receber o empreendimento, o que o levava a perguntar, no caso desse que se discutia, para quem eram melhores as condições técnica, econômica e ambiental que o local escolhido possuía; que, segundo o RIMA, um dos principais fatores ambientais, ou recursos existentes que determinaram a seleção desse local foram aqueles relativos ao consumo de água e às emissões de poluentes atmosféricos, e os seus efeitos sobre a população; que, se de fato, o empreendedor houvesse levado em conta esses aspectos jamais teria escolhido esse local, uma vez que se tratava de uma área industrialmente adensada e, portanto, absolutamente poluída, com índices de emissão de ozônio que eram superiores àqueles determinados pela legislação, o que levou a que a emissão de óxido de enxofre atingisse o mesmo nível daquela que ocorria em Cubatão, cujos valores ultrapassaram quinze vezes aqueles aceitáveis pela legislação brasileira; que, por tudo que foi exposto, o proponente desconsiderara um requisito fundamental da Resolução Conama 01/86, não restando outra alternativa senão a inviabilidade absoluta do projeto, em face das graves influências que iriam exercer tanto nos âmbitos sociais e econômicos como no meio ambiente e na saúde pública, não sendo esta última sequer mencionada nesse documento; que, reiterando o que já havia dito, lembrava que a discussão sobre as alternativas locacionais, incluindo a da não-implantação do empreendimento, que levassem em conta as características da região, inclusive as bacias hidrográficas existentes, representava o elemento central das análises sobre os impactos ambientais; que, a partir dos dados oferecidos pelo próprio empreendedor, principalmente aqueles referentes à concentração de óxido de enxofre no nível do solo, reconhecia serem relativos ao ano de 1996, ou seja, que o cenário utilizado foi o daquele ano, o que significava que o empreendedor usou um histórico sobre a região relativo àquela época, ou seja, pegou os dados produzidos sobre vento, umidade relativa do ar e temperatura daquela época, colocou-os no computador, num “programinha” matemático, e, nesse cenário, simulou o funcionamento da termelétrica; que essas suas conclusões genéricas, podiam ser constatadas por aqueles que conheciam muito bem a região, pois perceberiam como o empreendedor utilizou os dados relativos ao óxido de nitrogênio, ao ozônio, ou seja, como monitorou todos esses dados dramáticos e complicados do ponto de vista ambiental; que aquilo que acabara de apresentar era uma tentativa caseira de fazer uma composição de transparências com dados relativos ao óxido de nitrogênio, ao óxido de enxofre, aos particulados e à dispersão desses poluentes na região, para mostrar como esses três particularmente irão cair diretamente em Limeira, o que tornará a situação ambiental desse Município, que já recebe parte da poluição produzida por Paulínia, muito próxima dos limites permitidos pela saúde pública. André Queiroz Guimarães teceu as seguintes observações: que lia, inicialmente, um trecho do editorial da edição de 16 de abril último do jornal “O Estado de São Paulo”, cedido por um morador do Bairro Recanto dos Pássaros de Paulínia, vizinho do empreendimento de responsabilidade de uma das participantes desse consórcio, que era a Shell, que dizia o seguinte: “Nas sociedades civilizadas, a saúde do cidadão é preservada de malefícios decorrentes de qualquer forma de poluição ambiental, pois, além das leis de proteção e controle, as instituições públicas eram eficientes para que fossem cumpridas, e que, quando qualquer desses agentes falhava em suas obrigações, ficava sujeito a pagar grandes



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

indenizações às vítimas, como mostrava o filme em cartaz que deu o Oscar a Julia Roberts”; que o caso da contaminação ocorrida em Paulínia fora decorrência de múltipla negligência da indústria, pois era conhecido das autoridades ambientais; que isso era, antes de tudo, falta de respeito à cidadania, apesar de as pessoas, muitas vezes, por ignorância ou pelas dificuldades da vida, se deixarem compensar de forma irrisória contra os riscos de danos pessoais e permanentes; que não se podia, numa sociedade civilizada, aceitar soluções de compromisso que feriam a dignidade do homem e ameaçavam o seu direito à vida com saúde; que esse empreendimento que apresentou um RIMA parecia um empreendimento habitacional com apenas 100 unidades habitacionais e sem nenhum problema, causando apenas impactos positivos que beneficiariam toda a região; que isso era uma fraude e que em Paulínia fora feita uma campanha para não se comprarem produtos da Shell; que as pessoas presentes deveriam visitar o bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia, e entrar em contato com o drama daquelas famílias contaminadas para passar a apoiar essa campanha e renunciar a qualquer produto da Shell; que, em relação ao “apagão”, uma campanha feita pelo IG (Internet Gratuita) dirigida aos internautas dizia, entre outras coisas, o seguinte: que se havia chegado a esse ponto por total “falta de vergonha na cara” dos nossos governantes e que a verba desviada pelos corruptos brancos seria suficiente para sanar os problemas das usinas; que, quando não se planejava o orçamento familiar e não se conseguia pagar a conta de luz no final do mês, evidentemente a fornecedora de energia cortava o fornecimento, e que, quando o Governo não planejava de maneira adequada a demanda de energia do País, ele cometia o mesmo erro, ou seja, o Governo não pagava a conta de luz e quem estava pagando por isso era o povo brasileiro; que todos estavam cansados de tanta conversa e de tantos pesquisadores que se dobravam ao dólar, e todos apresentavam saídas mirabolantes que todos conheciam, mas não admitiam que só em países onde a corrupção e a impunidade deixaram de fazer parte do dia-a-dia voltara a ocorrer o desenvolvimento; que o povo tinha que se organizar, e lembrava a todos que no próximo ano haveria eleições; que essa era a primeira audiência pública que discutiria o EIA/RIMA dessa termelétrica e que a entidade que representava havia solicitado que se levasse em conta o relatório elaborado pelo Comitê das Bacias Hidrográficas da região, que continha dados diários relativos às décadas de 70 e 80, os quais já prenunciavam o déficit dos recursos hídricos, e que eram diferentes, portanto, desses dados agradáveis somente aos empreendedores e para aqueles que analisavam os projetos. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Zuma dos Santos, representante da Associação Teto e Chão da Baixada Santista, declarou seu apoio ao empreendimento por ele ser favorável ao desenvolvimento industrial e gerar empregos. José Santos Silva Júnior, representante da Associação de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos de Cubatão e da Baixada Santista, comentou que, em face do que foi dito sobre a poluição do Município de Cubatão, esclarecia que 94,6% das fontes poluidoras da cidade haviam sido controladas, sendo jogado atualmente na atmosfera apenas material particulado, tolerável pela OMS, e não material orgânico; que o único problema ambiental grave era o da invasão dos mangues pela população carente, e não os resíduos tóxicos, como fora citado; que Cubatão possuía uma incidência de 18% de mortalidade infantil para cada mil crianças; e que existiam somente duas opções para a geração de energia: a usina termelétrica ou a usina nuclear, sendo a última completamente descartável, ao contrário da termelétrica, que se utilizava de energia limpa. Ivanildo Espanhol, representante do Centro Internacional de Reúso da Politécnica da USP, fez os seguintes comentários: que o fator atraente de empreendimentos deste tipo era a reutilização da água, algo necessário em tempos de escassez dos reservatórios da região; que os gestores de recursos hídricos estavam sendo motivados a não jogar o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

esgoto em rios e, sim, reutilizá-los em atividades benéficas; e que o balanço hídrico do projeto era altamente positivo nos quesitos quantidade e qualidade de água, sendo muito boa a proposta do projeto em relação às perdas de água do sistema de abastecimento público de Americana, propondo uma redução drástica dessas perdas e um aumento do volume adicional no abastecimento. Janete Villa Nova, representante da Associação dos Motoristas Profissionais de Americana e região, afirmou seu apoio ao projeto, dizendo ser importante a geração de energia na região, que acarretaria a instalação de indústrias e a geração de empregos; que, apesar de não se discutirem os termos técnicos do empreendimento, era sabido de todos que, em face do seu porte, ninguém ousaria instalar um projeto deste se a falta d'água fosse algo possível de acontecer; e que a democracia permitia que as pessoas, respeitosamente, fossem contrárias ou favoráveis a qualquer assunto. Adélia da Conceição Coelho, representante da Sociedade de Melhoramentos do Parque São Luiz de Cubatão, depois de declarar seu apoio ao empreendimento, afirmou que, apesar de ele não criar postos de trabalho suficientes, daria condições para a instalação de novas indústrias e geraria empregos; que não se podia apenas negar por negar um empreendimento, tornando-se necessário saber, primeiro, com base em especialistas e dados técnicos, se era ou não viável. José Antônio Barbosa, representante da Associação de Defesa dos Desempregados de Cubatão, declarou seu apoio ao projeto, justificando-o no suporte que ele dará para a instalação de indústrias, gerando, assim, empregos, e informou que, ao contrário do que muitos diziam, Cubatão já não era poluída como antes. Joseane de Oliveira Pinto, representante da Sociedade para Melhoramentos da Vila Elizabeth de Cubatão, declarou seu apoio ao empreendimento e afirmou que, ao invés de as pessoas simplesmente negarem projetos que beneficiariam a cidade, deveriam apresentar outras soluções. Maria Teresa Mariano, representante da Sociedade de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba-Sodemap, fez as seguintes considerações: que o empreendedor, por meio de publicidade e informações distorcidas, havia conseguido colocar as diversas entidades da sociedade civil, formadas por pessoas simples e depauperadas, umas contra as outras; que o empreendimento por si só não resolveria o problema energético, sendo isto uma ilusão; que este empreendimento não criaria postos de trabalho nas indústrias, pois estas eram quase 100% mecanizadas; que a falta de água na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba e a poluição de Americana e de suas águas não seriam minimizadas pelo empreendimento, sendo necessário um conjunto de ações muito maior; que não existiam somente duas saídas para a produção energética no Brasil como fora apontado, sendo a energia solar uma fonte inesgotável não só para aquecimento como também para a própria produção; e que os conselheiros do Consema tivessem bom senso ao apreciar esse empreendimento em Plenário. Jânio Fernandes, representante do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente, Energia e Sociedade, comentou que a Alemanha, País de menor incidência solar que o Brasil, dispensaria a energia atômica e termelétrica num prazo de vinte anos e passaria a utilizar a energia solar; e que o Governo não investia em energia solar pelo simples motivo de não ser interessante para ele que cada pessoa tivesse o seu próprio gerador energético em casa. Ubiratan Ribeiro Maia, representante da Associação Consumo de Água e Energia da Baixada Santista, observou que, em face do que fora divulgado pela imprensa e comentado por algumas pessoas, Cubatão melhorara muito sua condição ambiental em comparação ao passado; que algumas pessoas eram contrárias à implantação desse projeto termelétrico pelo simples fato de este ser do Governo Federal; que, pelo contrário, era favorável não só à implantação deste projeto como de todos os projetos termelétricos do Brasil, e que, inclusive, enviaria um documento ao Ministro das Minas e Energia e ao Presidente da Associação dos Consórcios de Termelétricas, colocando sua entidade à disposição; que o Governo Federal acertou quando criou o Programa Energético de Termelétricas e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

errou ao privatizar o sistema energético sem exigir dos empresários um investimento à altura; e que jamais seria favorável à implantação de usinas termelétricas se estas não fossem saudáveis. Osmar Gonçalves Périco, representante da Sociedade Amigos do Bairro Parque da Liberdade de Americana, declarou seu apoio ao empreendimento e justificou ter sido ele fruto de estudos e análises. Gumerindo Ferraz da Silva, representante da Associação dos Moradores do Parque da Liberdade de Americana, declarou seu apoio ao projeto, uma vez que, por ocasião de assembléia, todos os moradores do bairro aprovaram o empreendimento. Fábio José Jurgensen, representante da Organização de Estudantes Universitários de Limeira, questionou a base sobre a qual as pessoas eram favoráveis a esse empreendimento e em que dados haviam embasado sua convicção. Electo Silva Lora, representante do Núcleo de Estudos e Sistemas Térmicos da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, comentou que comparecia à audiência mesmo depois de haver recebido uma mensagem eletrônica com ameaças; que havia publicado três livros sobre usinas termelétricas; que, sobre os dados contidos no EIA, chegara às seguintes conclusões: que as emissões do empreendimento estavam de acordo com os mais exigentes padrões internacionais, pois o previsto em relação às emissões de nitrogênio era prática comum durante as operações de centrais termelétricas, como havia verificado numa visita aos EUA; que, em virtude dessas conclusões, apoiava o empreendimento. Levi Montebello, Presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, discorreu sobre a importância do voto para escolher os bons governantes, da importância da ecologia e de se evitar o desequilíbrio ecológico. Delza Lopes Mello, Presidente da Sociedade de Melhoramentos do Jardim, fez os seguintes comentários: que pedia a todos, em nome do povo de Cubatão e como moradora daquela cidade, que não a criticassem, pois ela atualmente era um bom lugar para morar e não tinha mais a poluição que estava sendo alardeada; que era favorável, sim, à termelétrica, pois ela não dava câncer, não fazia o cabelo cair, não tornava as mulheres inférteis, e que era mentiroso aquele que fazia estas afirmações; que o povo de Cubatão não era carente nem era burro nem queria fazer papel de palhaço, e que era favorável à implantação dessa termelétrica. José Luiz Silveira, representante da Fundação para o Desenvolvimento Científico, teceu os seguintes comentários: que falava na condição de cientista, pesquisador da área, perito credenciado pela Comissão de Energia do Serviço Público do Estado de São Paulo e bolsista e pesquisador do CNPq; que era um fato consumado a crise energética que o País estava passando e que não interessava, nesse momento, saber se havia culpado ou culpados, mas, sim, encontrar soluções para ela, porque a eletricidade era um bem muito importante para a população mundial e para os brasileiros, principalmente porque, em todo produto que se adquiria havia 1 KW embutido; que no País, desde 1995, havia prenúncios dessa crise, pois a demanda de energia teve um crescimento muito rápido e a oferta, um crescimento muito lento, e que o Governo, desde essa época, começou a mudar o modelo, a privatizar a geração de energia elétrica, o que ocorria não só no Brasil, mas em todo o mundo; que, desde então, os investimentos tinham sido muito pequenos, com o Governo usando as águas dos reservatórios de usinas hidrelétricas para gerar a eletricidade que estava guardada para anos futuros, ou seja, para 2001 e 2002; que uma das saídas para enfrentar essa crise era conservar a energia elétrica, como fazia o setor elétrico intensivo por meio de fornos elétricos para fusão de alumínio, setor este cujo consumo correspondia a 10% da eletricidade do País, e como também faziam os setores residencial e comercial trocando as luminárias; que outra saída era a co-geração de energia e a energia alternativa; que, por exemplo, realizava um trabalho com energia solar para uma comunidade isolada, no meio da selva amazônica, a 30 Km de Rio Branco, embora a energia fotovoltaica fosse cara e o Brasil não dominasse a fabricação de painéis fotovoltaicos; que,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

por outro lado, a energia eólica só podia ser utilizada onde o vento atingia a velocidade média de 6 m/s, o que só ocorria no Nordeste; que o modelo adotado pelo Governo, cuja dependência das usinas hidrelétricas era de 93%, exigia de todos que modificassem um pouco seus hábitos; que foram realizados estudos baseados em programas computacionais, de entidade respeitada do mundo inteiro, tais como a NASA, que apresentavam o efeito da combustão do gás natural em massa de enxofre, sem NOx, que era capaz de causar chuva ácida, e sem particulados; que era essa saída que achava viável e que não estava fazendo o papel de advogado do diabo. Maurílio Eberle, representante da IDELI - Fundação Limeira, leu um manifesto de sua associação a respeito do empreendimento, cujo teor é transcrito em sua íntegra: “ O Ideli – Instituto de Desenvolvimento de Limeira, entidade civil, privada e sem fins lucrativos, que visa promover o desenvolvimento da cidade de Limeira, regularmente constituído, conforme Ata de constituição de 18 de Dezembro de 1996, registrada no Segundo Registro de Títulos e Documentos sob n.º 7298 de 13 de Fevereiro de 1997, e a Fundação Limeira, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, organização não governamental, que tem entre as suas finalidades, incrementar a qualidade de vida, em sua acepção mais ampla e em seus múltiplos aspectos, conforme Ata de Constituição e Estatutos datados em 23 de novembro de 1990 e registrado no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis e Anexos em 9 de abril de 1991, em conjunto, e tendo como objeto o EIA – Estudo de Impacto Ambiental, e o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental, para a implantação da Usina Termelétrica de Energia elétrica, denominada UGE Carioba II, no município de Americana, estado de São Paulo, manifestam a seguir suas considerações, e recomendações pertinentes ao referido empreendimento. Considerando que a crise instalada no setor elétrico nacional, com destaque nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, e racionamento de energia elétrica já implantado e a iminência de ocorrer blecaute. Considerando que essa é a maior crise de energia a ser enfrentada na história do País, de graves conseqüências para toda população e economia brasileira, com resultados diretos no crescimento econômico, nível de emprego, balança comercial, arrecadação tributária e inúmeros outros efeitos de confusão e desordem. Considerando ainda que a falta de novos investimentos em geração e transmissão no setor elétrico é a causa fundamental do racionamento, haja vista que, enquanto o consumo cresceu quase 50% nos últimos dez anos, a capacidade instalada teve aumento de apenas 38%. Considerando ainda que, embora o período de escassez não seja o responsável direto, este acaba por cooperar com a crise anunciada, uma vez que o modelo brasileiro atual é baseado quase que exclusivamente em hidroelétricas, 95% da energia elétrica gerada no país hoje é de origem de hidroelétrica. Considerando também que, embora comparado com outros países, não seja um grande consumidor de eletricidade, o Brasil sempre foi a terra da energia abundante, desprezou o tratamento como meio escasso e nunca se preocupou seriamente com a questão de conservação de energia. Considerando que, das 49 usinas do programa de termelétricas criado pelo Governo, apenas 9 deverão ser concluídas dentro do prazo. Considerando ainda que o esgotamento e o potencial aproveitamento hidráulico, notadamente nas regiões Sul e Sudeste, conduzem à necessidade e à utilização de novas fontes para produção de grandes quantidades de energia elétrica, neste contexto o gás natural surge como um energético versátil de alta eficiência na produção de eletricidade, poluindo menos que o carvão e o petróleo. Considerando ainda que a água, um bem público e fundamental para a vida se encontra cada vez mais escasso, principalmente na nossa Bacia do Rio Piracicaba, essas entidades IDELI Fundação Limeira e o CIESP Unidade de Limeira, em conjunto, condicionam a implementação e a operação da Usina Carioba II, conforme projeto e descrição contidos no respectivo EIA/RIMA, ao cumprimento das seguintes questões: ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

convencimento e comprovação que o referido empreendimento contemplará ao seu final os preceitos de um balanço ambiental positivo para a região; a garantia do cumprimento integral das medidas compensatórias constantes no EIA/RIMA; a comprovação de que a doação alternativa da chamada torre seca em detrimento da torre úmida para o sistema de refrigeração inviabilizaria economicamente o empreendimento; a apresentação de um projeto de implantação de uma unidade de conservação do domínio público e indireto preferencialmente uma estação ecológica, conforme determina o Artigo 1º da Resolução Conama 2/86, para empreendimentos de relevantes impactos ambientais; a apresentação de um projeto para mitigar a reposição de água de uso consuntivo (que será perdida por evaporação) contemplando o aumento de produção de águas dos mananciais a partir do reflorestamento e recomposição da mata ciliar e, por fim, como medidas compensatórias e objetivando a conservação da energia elétrica, promover a dispensa do empreendedor, a substituição de todas as lâmpadas de mercúrio e vapor do sistema de iluminação pública dos municípios do entorno pelas de vapor de sódio, sabidamente mais eficientes e mais econômicas e, particularmente, patrocinar programas de racionalização e conservação de energia elétrica junto aos órgãos públicos desse município”. Alcides Domingos, representante do Cobram Esportes, declarou seu apoio ao empreendimento em face do possível aumento da oferta de empregos na região e da retomada do desenvolvimento. Carlos Alberto Motta, representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Limeira, teceu os seguintes comentários: que a atual situação se devia a um passado de incompetência administrativa no setor energético; que era indispensável a construção de uma política baseada no desenvolvimento sustentável; e que a Associação dos Engenheiros, valendo-se do regimento de Audiências Públicas, iria protocolar um documento técnico com o intuito de continuar no centro dos debates acerca desse empreendimento. Gilberto Martins, representante da Universidade Metodista de Piracicaba, fez as seguintes considerações: que o atual empreendimento desativaria a Usina Carioba I, geradora de 30 MW de potência e cuja queima de óleo combustível era seiscentas vezes mais poluidora do que o gás natural; que o Brasil, apesar de ser uma das dez maiores economias do mundo, possuía um baixo consumo *per capita* de energia, com 20 milhões de residências sem abastecimento elétrico; que a situação dos reservatórios era crítica, estando a Região Sudeste com 33% da capacidade total, a Região Sul com 85%, a Região Nordeste com 35% e a Região Norte com 75%, sem contar o esgotamento do sistema de linhas de transmissão da Região Sudeste, fruto da falta de investimento na construção de mais linhas, o que acarretava a impossibilidade de se permutar energia entre as regiões; que a implantação de sistemas alternativos de geração de energia como o eólico e o solar não resolveriam o problema, dada a grande quantidade de energia necessária ao País; que, mesmo se aprovando o empreendimento em questão, o Brasil ainda sofreria as consequências por um ou dois anos até entrarem em operação outras hidrelétricas, algo impensável já que faltaria tempo e recursos para tal; e que as usinas termelétricas seriam uma alternativa, dada sua rápida construção, baixo custo e seu baixo teor poluente. Padre Reinaldo Ferreira de Mello, vinculado à Diocese de Limeira, teceu as seguintes observações: que a maioria das pessoas contrárias ao empreendimento estavam se deixando levar pelo lado emocional; que, ao contrário do que estava sendo dito, deixava claro que a Diocese de Limeira não estava fazendo abaixo-assinados nem estava se deixando levar pelo lado emocional; que a Igreja pedia bom senso aos governantes para as decisões que envolviam a qualidade de vida das pessoas; e que tudo fosse realizado no âmbito democrático. Osvaldo Guerino Felizi, representante da Sociedade Beneficente Rui Barbosa, comentou que, para um melhor entendimento da população envolvida, fosse elaborada uma cartilha explicativa sobre o empreendimento, com exemplos de empreendimentos semelhantes



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

em outras regiões e com referências a seus aspectos positivos e negativos; e que as pessoas ligadas aos movimentos ambientalistas não deveriam barrar simplesmente o projeto, mas propor alternativas. Antônio Mentor, Deputado Estadual e representante do Sindicato dos Engenheiros – Regional de Piracicaba, fez as seguintes observações: que, em face ao respeito que todos deveriam ter para com a democracia, propunha, por meio de um abaixo-assinado com 10.513 assinaturas, a realização de um plebiscito popular sobre a implantação ou não desse empreendimento, posicionamento este embasado em debates e dados técnicos; que, ao contrário do que foi dito pelos empreendedores, faltaria energia em Americana em caso de blecaute, pois a energia produzida em qualquer usina era disponibilizada e distribuída em rede nacional; que o empreendimento não era a solução para a falta de empregos, já que ele empregaria apenas cerca de cinquenta pessoas na fase operacional e, ao entrar em operação, as centenas de pessoas empregadas na fase de construção do projeto já estariam dispensadas; que, ao contrário do que ouvira nesta audiência pública, a água a ser utilizada no resfriamento da usina não seria o esgoto produzido em Americana, mas a água tratada na estação de tratamento, com muito mais qualidade do que a do Rio Piracicaba; e que no EIA/RIMA havia referência à geração de tributos da ordem de 30 milhões de dólares/ano, embora a publicidade do projeto tivesse previsto somente 30 milhões de reais. Paulo Banchim, Presidente da Associação Pró-Ambientalista de Santa Bárbara do Oeste, teceu as seguintes considerações: que, apesar de Santa Bárbara do Oeste localizar-se no entorno do empreendimento, havia-lhe sido negada a realização de audiência pública; que quem deveria decidir a instalação ou não do empreendimento era a população, e não os empreendedores; que participara de todos os movimentos dos ambientalistas do Estado de São Paulo que haviam barrado a termelétrica que iria ser instalada em Paulínia; que as pessoas que vieram da Baixada Santista estavam referindo-se à Limeira como se fosse Santos, que haviam sido compradas para falarem “besteira”, pois não conheciam a realidade local; que essas mesmas pessoas, por não agüentarem mais, haviam expulsado a Replan e o pólo petroquímico da Baixada Santista e pretendiam que agora se tornasse poluída a região de Limeira, pretendendo, assim, interferir no seu futuro, mas que o povo de Limeira dispensava essa interferência; que também tinha sérias críticas à imprensa, pois o dólar comprava tudo; que custasse o que custasse deveria ser realizada uma audiência pública em Santa Bárbara d’Oeste, pois que seria feita uma mobilização popular para mostrar que quem decidiria não era o empresário, mas a sociedade civil organizada, pois era isso o que determinava a Agenda 21. Eduardo Coienca, representante do Centro de Defesa de Estudos da Cidadania de Americana, fez as seguintes declarações: que tinha uma pequena empresa em frente a Carioba e diariamente via a fumaça preta expelida; que dispunha de informações fornecidas pela própria CPFL, segundo as quais esta usina estava funcionando muito aquém de sua capacidade devido aos riscos oferecidos; que morava no Parque das Nações e tinha preocupação com a sua comunidade; que, no movimento do plebiscito, haviam sido recolhidas 10.513 assinaturas e não houve nenhum respeito ao direito da população de declarar se queria ou não a instalação dessa usina na sua cidade; que o poder econômico estava iludindo as pessoas com falsas promessas e que se sabia, pelo Protocolo de Kyoto, ser necessária a redução da emissão de CO², gás emitido por indústrias e termelétricas como Carioba II; que o Brasil, com a sua grande matriz energética limpa, não podia entrar na contramão da história e adotar termelétricas a gás; que alertava o Consema de que o projeto de Carioba II era totalmente ilícito, sendo alterada constantemente a capacidade de produção de energia pela usina, e que isso era uma prova de que não se podia acreditar num projeto feito pela CPFL; que tinha grande apreensão com relação ao Rio Piracicaba e à Represa de Salto Grande, pontos turísticos da região que haviam sido contaminados pelo esgoto, assim como outras



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

fontes de água; que havia um grupo em Limeira que declarara que receberia de bom grado Carioba II e continuaria a utilizar a água do Ribeirão Tatu, e estas pessoas estavam mal-informadas sobre a capacidade de agressão ao meio ambiente dessa obra; que, em Santa Bárbara d'Oeste, fora considerado inviável o projeto de criação de uma área de zoneamento industrial, cujas indústrias utilizariam a água do Rio Piracicaba, razão por que questionava a liberação desse manancial para uma termelétrica que geraria apenas cinquenta empregos; que não se podia deixar enganar pela história do “apagão”, porque esse era um erro do Governo Federal, e que a instalação das termelétricas era uma exigência do FMI; e que Carioba II geraria energia cara e a um custo muito mais alto, que era a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida do povo de Americana. Jonas Santa Rosa, representante do Grupo de Defesa de Ecologia da Bacia do Rio de Piracicaba, apresentou diversas imagens da região que seria afetada pelo empreendimento e disse que elas esclareciam mais do que qualquer declaração que pudesse fazer. João Della Vecchia, representante da Associação de Moradores do Cruzeiro do Sul, manifestou-se nos seguintes termos: que, como projetista e montador de fábricas, sabia que Carioba II não era nada mais do que uma fábrica de energia elétrica, com uma bela logística de instalação, próxima do gasoduto e de rede de alta tensão, mas que, se isso era positivo para o empreendedor, era terrível para os moradores; que, como técnico, analisara os dados da Comgás e concluíra que Carioba II consumiria 6 milhões de m³ de gás por dia, enquanto o maior consumidor de gás na região atualmente era o Complexo Fibra Dupont, consumindo 2,4 milhões de m³ por mês; que tal aumento de volume na queima de gás na região teria efeitos graves e imediatos sobre o ar, e os dados apresentados falavam apenas em poluição por volume específico; que o ciclo misto utilizado nesse tipo de usina tinha apenas 58% de eficiência e não era o método mais inteligente de se gerar energia elétrica, como a co-geração; que tal projeto não interessava às indústrias, mas somente ao empreendedor; que os 42% do gás não aproveitados seriam jogados na atmosfera, a uma temperatura de mais de 300° C, e seriam levados pelos ventos, afetando a área num raio de 100 km; que as declaradas 7 ou 8 toneladas de partículas sólidas em suspensão iriam literalmente “cair na cabeça” dos moradores da região; que não se montava uma fábrica sem causar algum prejuízo ao meio ambiente e que essa usina era um projeto muito mal localizado; que defendia a qualidade de vida e, por isso, pedia aos empreendedores que estudassem um local mais adequado para instalar a obra, sem prejudicar tanto a população; e que a população não queria medidas compensatórias, mas uma vida decente e feliz em sua cidade. José Moreira, representante da Associação dos Amigos do Bairro Jardim Europa de Santa Bárbara, fez os seguintes comentários: que a grande expectativa dos barbarenses era criar um distrito industrial próximo da Rodovia dos Bandeirantes, o que estava sendo dificultado por não se conseguir a outorga para captação de água no Rio Piracicaba, e que a instalação dessa termelétrica tornaria esse projeto impossível; que o Brasil dispunha de centenas de leis que garantiam os direitos do cidadão, mas só eram cumpridas as que beneficiavam o grande capital; que não acreditava que houvesse garantias para as compensações ambientais prometidas pelo empreendedor; que a opinião dos munícipes vizinhos também deveria ser levada em conta porque todos na região sofreriam as conseqüências da instalação dessa usina, e apenas Americana receberia os lucros. Galdino Clemente, representante do Grupo de Igualdade e Cultura Garra Africana, fez os seguintes comentários: que essa reunião era uma momento de construção da cidadania e ele se sentia envergonhado pela atitude de muitas pessoas, pois elas tinham-se vendido, discutindo assuntos que não eram pertinentes ao tema e até demonstrando total desrespeito com os outros ao dormir durante seus pronunciamentos; e que os políticos de Limeira também tinham sido corrompidos ao defender a instalação dessa usina. Ronaldo de Abreu Almeida,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

representante da Juventude Petista de Piracicaba, declarou que as pessoas que defendiam a instalação de Carioba II, principalmente os jovens, fizessem isso de forma consciente, e não por terem sido comprados para apoiar o empreendedor. Dulce Guimarães de Oliveira, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba, fez as seguintes considerações: que Piracicaba reunira até o momento 54 mil assinaturas em defesa do Rio Piracicaba, principalmente porque a região tinha carência de recursos hídricos e a termelétrica só tornaria essa situação pior; que a posição desfavorável de seu grupo em relação à instalação da usina não se devia ao fato de seus membros serem contrários ao desenvolvimento, mas, sim, à incapacidade da região de comportar um empreendimento dessa natureza, que surgia num momento de crise energética; e que essa crise energética devia-se à irresponsabilidade do governo. José Chabregas, representante do Conselho Coordenador de Entidades Cíveis de Piracicaba, fez as seguintes colocações: que representava um grupo que congregava 47 entidades cíveis, em nome das quais falava, que eram contrárias à agressão ao meio ambiente que este empreendimento iria causar e às mentiras propaladas pelo empreendedor; que seria impossível, dada à atual crise energética, não ser favorável à geração de energia, desde que esta fosse feita em lugares apropriados; que o Rio Piracicaba já estava quase morto e tinha que passar por programas de recuperação, não podendo, pois, ser alvo de mais agressões; que não se podia esperar nada do Governo em relação a esse rio, devendo-se, sim, ir em busca do auxílio das grandes empresas particulares para impedir que ele morra definitivamente. José Marco Antônio Pereja Cobo, representante da Preservação da Cidade de Limeira, fez os seguintes comentários: que protestava veementemente contra a falta de responsabilidade e o bom senso do Governo Federal ao não dar atenção para o problema da escassez de energia que já vinha-se configurando há vários anos; que considerava as audiências públicas realizadas pelas empresas como algo de alto valor para o crescimento da cidadania dos brasileiros; que se deveria entender que as posições radicais favoráveis ou contrárias ao empreendimento não tinham nada de bom, e deveria se tentar chegar a um ponto comum; que seria absurdo aceitar a instalação aqui de usinas obsoletas em outros países, e que tinha a convicção de que Carioba II abria caminho para essa discussão, permitindo a construção de usinas racionais no Brasil; que havia necessidade urgente de se analisarem todas as alternativas energéticas para se chegar a uma solução definitiva, e que poderia se optar por usinas mais limpas e menos impactantes ao meio ambiente. José Carlos Conrado, representante da Associação dos moradores do Bairro Tatu, não fez uso da palavra, mas entregou uma carta-manifesto ao Secretário Executivo do Consema e coordenador da audiência, que será juntada ao processo. Amauri Ferraz de Jesus, representante da Associação Defesa dos Direitos da Cidadania da Juta, fez as seguintes considerações: que todas as pessoas favoráveis e contrárias à instalação dessa termelétrica eram preocupadas com o meio ambiente; que o Brasil tinha iniciado o ano de 2001 cheio de euforia, falando do Brasil do futuro, do Brasil do terceiro milênio e, de repente, o que se via era o Brasil segurando uma lamparina com uma das mãos, lamparina essa que traduzia um corte energético, o racionamento que levaria ao desemprego e a uma queda acentuada do poder aquisitivo do povo brasileiro, e a outra mão estendida pedindo esmola para sobreviver, porque sem energia não havia indústria e, sem indústria, não se poderá sustentar os filhos; que, na sua concepção, o maior meio de poluição, era a fome, era as pessoas matando outras por fome; que, com esse racionamento exigido e propalado nos últimos dias pelo Governo Federal, iria ocorrer o encarecimento do produto industrializado, porque as indústrias terão de diminuir o seu tempo de fabricação dada a necessidade de racionar energia e, conseqüentemente, de demitir. Márcia Correia, representante da Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies, teceu as seguintes considerações: que a afirmação do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empreendedor que a água seria reutilizada depois de passar por tratamento era falsa, porque isso já acontecia; que as obras da termelétrica de Cubatão tinham sido paralisadas por uma liminar do Ministério Público porque aquela usina aumentaria as emissões de gás numa região já crítica; que gostaria de lembrar aos políticos de Limeira que, embora esta cidade não fosse o local da instalação da usina, ela também seria afetada pela poluição produzida devido ao regime dos ventos, que levariam os gases de Carioba II para lá; que alertava para o fato de que a água evaporada para o resfriamento das turbinas daria para abastecer 100 mil pessoas, e isso ocorreria numa região que já padecia de escassez de recursos hídricos; e que o programa federal para instalação de termelétricas se baseava no gás comprado à Bolívia, gás este cotado em dólar, e que portanto poderia se imaginar o aumento dos custos da energia para a população. Thiago Ricelli, representante da União dos Estudantes de Piracicaba, fez as seguintes declarações: que em Cubatão a poluição causava o nascimento de crianças acéfalas e graves doenças respiratórias na população em geral; que Piracicaba não iria transformar-se numa nova Cubatão, porque as pessoas daquela região não se deixavam enganar facilmente; que sugeria ao empreendedor que desistisse de construir a usina ali; que indagava se tal usina não seria montada com dinheiro saído dos cofres públicos; e que pedia aos presentes que não se deixassem convencer por promessas financeiras, porque as conseqüências seriam terríveis no caso da instalação de Carioba II. Nilza Tavoroni, representante da Associação Comercial e Industrial de Americana, teceu os seguintes comentários: que era uma balela Campinas reclamar da poluição de esgoto no Rio Piracicaba se ela mesma não tratava nada de seu esgoto industrial e domiciliar, jogando-o todo na Represa de Salto Grande; que, por outro lado, Americana tratava 100% de seu esgoto, sendo uma das poucas cidades do País a fazer isso; que, nas reuniões com as entidades representativas do setor econômico do Município de Americana, em nenhum momento os empreendedores haviam prometido energia elétrica mais barata para a cidade caso fosse aprovada a Termelétrica Carioba II, e pedia um esclarecimento sobre isso; que a energia elétrica era um recurso indispensável para a economia e o desenvolvimento e o Brasil, país em pleno crescimento, necessitava muito do aumento da oferta de energia; que o setor têxtil era a atividade industrial predominante na região de Americana e que, para serem gerados novos empregos, era necessária mais energia, uma vez que ela não produzia nem 30% do que consumia; que Carioba II atenderia essa necessidade, motivo por que chegava em boa hora; que seu grupo era favorável a todos os 49 projetos de termelétricas, e que, para oficializar seu apoio a Carioba II, havia divulgado naquele dia um comunicado em dois jornais da cidade de Americana, que passaria a ler: “Carioba II. As entidades signatárias entendem ser o projeto II viável para o Município de Americana, importante para a região e para o Estado de São Paulo; o apoio dos signatários é condicionado ao cumprimento dos seguintes compromissos por parte do consórcio empreendedor: laudo emitido por instituição idônea que comprove estar a quantidade de SOx e NOx a ser lançada na atmosfera, considerando a atual situação da qualidade do ar do Município de Americana, dentro do padrão admitido como não-prejudicial à saúde humana pelo órgãos governamentais brasileiros e pela Organização Mundial de Saúde; laudo emitido por instituição idônea comprovando que a Represa Salto Grande tem capacidade em metros cúbicos de retenção de água suficiente para manter a vazão do Rio Piracicaba durante os meses de estiagem; que os operários contratados, na fase de construção, sejam preferencialmente oriundos de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d’Oeste, Sumaré e Limeira, evitando-se a migração de novas famílias para a região; que o preço da energia elétrica a ser gerada seja competitivo em relação ao de outras empresas distribuidoras; garantia de cumprimento do que se encontra estabelecido pelo EIA/RIMA; comprovarem-se os benefícios relativos aos impostos,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

principalmente ao ICMS; garantia de cumprimento das medidas compensatórias conforme acordo com a Prefeitura Municipal de Americana; que se faça um projeto de co-geração de vapor de contrapressão para ser utilizado por tinturaria e estamparia. Assinam este manifesto: Associação Comercial e Industrial de Americana e o Sindicato das Indústrias de Tecelagem de Americana-Sinditec de Nova Odessa, Sumaré e Santa Bárbara do Oeste; Sindicato do Comércio Varejista de Americana e CIESP de Santa Bárbara.” Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Consema. O conselheiro Carlos Bocuhy expôs os seguintes pontos de vista: que poderia afirmar para a oradora anterior que não havia nenhum órgão público que pudesse confirmar o que ela solicitava, pois não existia nenhuma garantia para a sociedade em relação ao empreendimento; que, para se medir o potencial de ozônio na região, teria de ser feito um levantamento de, no mínimo, um ano para se ter certeza de que não haveria saturação do ar; que a termelétrica de Cubatão fora embargada judicialmente porque lá o índice de ozônio superara, em quinze vezes, o máximo permitido; que a lei brasileira era clara em relação à proibição de implantação de novos empreendimentos em áreas já saturadas e que, por isso, tinha de se ter em mãos esses resultados para a região de Americana; que Carioba II era um grande equívoco pela falta de planejamento nacional para o setor energético; que a matriz energética tinha de ser discutida com a sociedade e deveria ser uma matriz limpa e renovável, como a da energia eólica ou solar, aproveitando-se nossos recursos naturais; que o projeto dessa usina se encontrava numa área de grande densidade populacional e com os parâmetros da água e ar saturados; que, num País desenvolvido, dificilmente um projeto como o de Carioba II seria aprovado, por causa do monitoramento que estes Países apresentavam; que a crise que o País vivia não era de energia, mas de falta de água nos reservatórios para gerá-la e que, mesmo assim, tencionava-se aprovar o projeto de uma usina que iria evaporar uma quantidade de água que poderia abastecer 180 mil pessoas; que poderia até defender o interesse econômico e a geração de emprego, mas não abriria mão da saúde pública; que Cubatão era o retrato do quanto era necessário se negociar a saúde da população, sendo um dos piores lugares do mundo para se viver; que não poderia deixar de mencionar também o descaso em relação à situação de Paulínia, onde a Shell era co-participante; que a Cetesb era um órgão irresponsável, pois não dava nenhuma garantia para a saúde pública, nem para a sociedade sob o ponto de vista do monitoramento, e isso justificava a realização de uma longa discussão técnico-científica sobre o empreendimento; que alertava a sociedade da região que aquilo que mantinha a geração de emprego era a qualidade ambiental e que, em nenhuma área saturada, isso poderia ser mantido, mas apenas se tinha massa de manobra, como se via em Cubatão. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em nome próprio. João Andrade de Carvalho Júnior fez as seguintes colocações: que era professor titular de química na Unesp e estudara a geração de SO₂ e NOx em Carioba I, e a respectiva previsão para Carioba II, e concluía que o desligamento de Carioba I, com a entrada em operação de Carioba II, resultaria em ganho ambiental para a região. Chang Kiang fez as seguintes considerações: que era professor da Unesp de Rio Claro e pesquisador na área de recursos hídricos; que o reservatório de regulação era usado principalmente para estocar água das chuvas; que o volume de água a ser armazenado para Carioba II, da ordem de 12 milhões de metros cúbicos, era perfeitamente factível; que a represa poderia tornar-se um reservatório de regulação, fornecendo água nos períodos de seca; e que poderia também se optar pela exploração da água subterrânea para aumentar um pouco a disponibilidade hídrica da região. Guilherme Felipe Filho manifestou-se nos seguintes termos: que era professor do Departamento de Energia da Área de História da Indústria de Energia; que o Brasil iniciara seu programa hidrelétrico logo após a Segunda Guerra, o que foi acelerado no Governo de JK com a construção de Furnas; que, na década de 70,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

foram feitas tentativas de se criar uma base térmica complementar à da hidráulica, mas logo depois optou-se pelo programa nuclear; que nos anos 80 tentou-se a produção termelétrica a carvão no Sul do País e, nos anos 90, não houve um planejamento energético, e que, agora, no Século XXI, optava-se por uma base térmica a gás natural; que, no País mais rico do mundo, os Estados Unidos, uma enorme quantidade da energia vinha de termelétricas a carvão, algo mais primitivo do que as termelétricas que se estava tentando implantar no Brasil; e que este era o momento de se aplicar o projeto das termelétricas, a fim de se evitarem sucessivas crises no fornecimento de energia elétrica. Eliana Brasil fez as seguintes colocações: que era público e notório que o setor energético estava deficitário e que havia necessidade de se criarem novas usinas e que, por isso, era favorável à implantação das termelétricas, sobretudo Carioba II; que, logicamente, haveria agressão ao meio ambiente, mas que isso poderia ser sanado, e que o inadmissível era ficar sem energia; que questionava a realização do plebiscito se havia tantas dúvidas entre os próprios especialistas; e que deveria haver consenso para se poder agir com a razão. José Matusones fez os seguintes comentários: que a Comgás era responsável pelo fornecimento do gás natural para a termelétrica Carioba II, e que esse mesmo gás vinha sendo utilizado na região por diversas indústrias, o que acarretava inúmeros benefícios ambientais. João Luiz Pegoraro fez as seguintes declarações: que sugeria fosse feita uma revisão nas normas das audiências públicas de forma a se comprovar a que grupo pertencia cada orador, uma vez que ele encontrara facilidade para falsear sua identidade, se assim tivesse desejado, e que, portanto, era necessário que quem falava em nome de uma entidade, devesse comprová-lo; que aquela audiência deixara a desejar em relação às outras, pois os manifestantes tinham-se sentido constrangidos diante do microfone pela falta de pulso da Mesa na manutenção das condições de trabalho, impedindo vaias etc.; que a CPFL fora a responsável nos últimos anos pela Represa Salto Grande e várias vezes ali se falara do estado de degradação desse reservatório, razão por que não acreditava que as promessas dessa empresa com relação ao seu compromisso com o meio ambiente fossem muito alentadoras; que estava sendo discutido não uma questão apenas energética, porque isso era algo pontual, mas o modelo consumista. Augusto César Gandolfo teceu os seguintes comentários: que considerou a audiência uma lição e parabenizava os empreendedores por pretenderem destinar, até 2007, 30 bilhões de reais para construção de termelétricas; que o capital internacional financiaria a oferta de energia e, em contrapartida, o setor seria privatizado e, sem fazer nenhum investimento, causaria prejuízo ao meio ambiente; que, de acordo com um conto do Jorge Luiz Borges, um casal procurava o paraíso e, certo dia, chegou a um local muito bonito mas abandonado, onde estava escrito “paraíso”, local em que não permaneceram 5 minutos, e que esse paraíso ficava em Americana, ao lado da futura Carioba II, e em Cubatão, pois foi construída uma ponte entre eles; que, do ponto de vista ambiental, seria excelente, e que, do ponto de vista da democracia, se havia avançado ainda mais, mas se estava, ainda, na contramão no processo de construção da cidadania, pois se estava deixando, ao largo, o debate; que propunha que, em vez de se entregar o País, ele seja abandonado por todos. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. José Henrique Pilon, Presidente da Câmara Municipal de Limeira, fez os seguintes comentários: que se presenciava uma evolução, ou seja, a discussão sobre a viabilidade ambiental de um empreendimento antes de ser implantado, ou seja, a discussão pela sociedade se seria bom ou não para as pessoas a implantação desse empreendimento; que, se isso houvesse acontecido em Cubatão e Paulínia, talvez não tivesse ocorrido os exemplos citados, ou seja, se tivesse se realizado uma audiência como essa, talvez não houvesse nessas cidades a poluição que hoje existia; que, por outro lado, tinha a impressão de que estava se realizando um jogo, ou seja, que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

havia uma torcida pelo Corinthians, por exemplo, e outro pelo Palmeiras, e que sabia que nunca haveria consenso entre essas duas torcidas; que, portanto, essa audiência, se continuasse nesse rumo, não chegaria a lugar nenhum; que, aos seus olhos, esse empreendimento era um empreendimento técnico, um empreendimento matemático, químico; que, atualmente, havia condições de se monitorar o meio ambiente e que, portanto, se houver bom senso entre as duas partes, o resultado seria o mesmo de uma operação matemática, que, de um lado, se pretendia implantar a usina no Município e, de outro, a população deste Município precisava de energia; que, com base nessas duas premissas, todos deviam sentar-se, fazer as contas e chegar a um denominador comum; que várias mentiras haviam sido contadas ao plenário, e uma delas era que ele havia-se manifestado favorável a esse empreendimento, como de fato acontecera, desde que fosse implantado em Limeira, e não em Americana, porque todos precisavam de energia e de emprego; que havia procurado estudar, conhecer essa termelétrica e estava disposto a ouvir, como ouviu, não só o empreendedor, mas também as pessoas que se colocavam contrariamente à implantação desse empreendimento, e que isso havia acontecido durante essa audiência, o que o deixara convencido de que a termelétrica não era o bicho-papão que se pregava por aí; que tanto os empreendedores como o Ministério Público e as entidades ambientalistas eram inteligentes o suficiente para trazer o progresso para a cidade, aliado à preservação do meio ambiente; que, se o empreendedor falava que iria fazer investimentos, que iria melhorar a barragem, iria segurar a água da chuva, que tudo isso fosse colocado num contrato, num termo de compromisso, e o Ministério Público investigasse, depois, se esse termo estava ou não sendo cumprido; que era favorável, sim, à termelétrica. A Vereadora Lauriza Contelazi, do Município de Piracicaba, teceu os seguintes comentários: que era médica pediatra e se preocupava muito com a saúde das crianças; que as pessoas não podiam imaginar como era duro pegar um bebê com má formação e apresentá-lo à mãe; que isso era uma coisa muito séria, de muita responsabilidade; que lia um texto de 1854, de um antepassado seu, que era um índio, que falou da compra de suas terras pelos brancos, e que tudo que esse índio falou nessa carta de 1854, que passaria a ler, estava acontecendo agora, e que, por este motivo, pedia a todos que meditassem sobre o assunto; que lhe parecia uma idéia estranha se comprar ou vender o céu ou o calor da terra, pois, se não se possuíam o frescor do ar e o brilho da água, como era possível comprá-los; que cada pedaço dessa terra era sagrado para o seu povo, cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, cada penumbra da floresta, cada clareira e inseto, como também a seiva que percorria o corpo das árvores e carregava consigo as lembranças; que todos, os mortos do homem branco, esqueciam suas terras de origens e, quando iam caminhar entre as estrelas, os mortos jamais esqueciam essa bela terra, pois ela era a mãe do homem vermelho, era parte da terra e ela fazia parte de todos; que esta água brilhante que corria nos riachos e rios não era apenas água, mas o sangue dos antepassados, se vendermos suas terras; que todos deviam lembrar que a terra era sagrada e ensinar isso às crianças; que cada reflexo nas águas límpidas dos lagos falava dos acontecimentos e lembranças, pois os murmúrios das águas eram as vozes dos antepassados; que os rios eram os irmãos que saciavam a sede, que carregavam as canoas e alimentavam as crianças; que, se vendermos a nossa terra, todos deviam lembrar e ensinar aos filhos que os rios eram nossos e seus irmãos; que o ar era preciso para o homem, pois todas as coisas compartilhavam o mesmo sopro, o animal, a árvore, o homem; que parecia que o homem branco não sentia o ar que respirava, como um homem agonizante há vários dias era insensível ao mau cheiro; que, se vendermos a nossa terra ao homem branco, devemos lembrar que o ar era precioso, pois ele compartilhava seu espírito com toda a vida que mantinha, o vento que deu aos nossos avós o seu primeiro expirar também recebeu seu



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

último suspiro; que tudo o que acontecer à Terra acontecerá aos filhos da Terra; que, se os homens cuspirem no solo, estarão cuspidos em si mesmos; que, de uma coisa se estava certo, que o homem branco poderá vir a descobrir um dia que o seu Deus era o Deus de todos; que o homem branco poderia pensar que possuía Deus como desejava possuir nossa Terra, mas não era possível, pois ele era o Deus do homem e sua compaixão era igual para todo o homem, tanto para o vermelho como para o negro ou como para o branco; que a Terra era preciosa e feri-la era desprezar seu criador; que os brancos também passariam, talvez mais cedo do que todas as outras tribos, contaminariam suas camas e uma noite seriam sufocados pelos seus próprios dejetos; que se perguntava onde estavam o arvoredor e a águia, que desapareceram; que sentia dentro do seu coração o seguinte: que o dinheiro podia comprar tudo menos a vida, menos a saúde, menos a dignidade, menos o ser humano; que somos responsáveis por aquilo que estamos fazendo hoje, somos responsáveis pelas crianças que irão nascer amanhã”. Luiz Vicente Alves da Silva, Vereador do Município de Piracicaba, teceu as seguintes considerações: que a instalação da termelétrica atrairia muitas pessoas de outros Municípios em busca de emprego, que, na verdade, eram muito poucos, e que esse fluxo de pessoas geraria mais problemas sociais e ambientais para a região; que em Piracicaba existiam inúmeras universidades, o que a tornava uma cidade cultural e fazia com que a discussão sobre a instalação da termelétrica tivesse um embasamento científico; que a Câmara de Vereadores de Piracicaba já tinha protocolado um projeto de alteração da Lei Orgânica do Município, impedindo a instalação desse tipo de empreendimento; que alertava para o fato de o empreendedor estar fazendo um jogo de *marketing* para que essa termelétrica fosse disputada pelas Prefeituras de Limeira e de Americana, e que se deveria ficar atento e se discutir seriamente esta questão; que, para sanear a crise de energia, o Governo deveria preocupar-se em investir mais em linhas de transmissão, pois usinas hidrelétricas como Itaipu e Furnas tinham energia armazenada; que faltava planejamento e competência por parte do Governo Federal, que se limitava a reclamar da ausência de chuvas como a única causa da crise energética; que fazia dez anos que não chovia regularmente na região do Reservatório Salto Grande, que regulava a vazão do Rio Piracicaba, e que, quando se abria a Represa Salto Grande, ocorriam enchentes em Piracicaba, e que esse problema nunca havia sido devidamente equacionado; que a região já havia perdido 33 m³/s do Rio Piracicaba para o Sistema Cantareira e que, à época em que isso ocorreu, foram feitas muitas promessas, mas, na realidade, nem mesmo medidas compensatórias foram adotadas; que Piracicaba era considerada o fim da linha, recebendo detritos de todos os Municípios localizados ao longo do Rio Piracicaba, mas que a população estava consciente deste problema e queria que esse quadro fosse alterado. José Pedro Leite da Silva, Vereador do Município de Piracicaba, manifestou-se nos seguintes termos: que, diferentemente dos dados apresentados pelo professor Nilton Pereira, na realidade a vazão do Rio Piracicaba era de 38 m³/s e não, de 165 m³/s como fora apresentado; que considerava vergonhoso que um professor que representava uma universidade estivesse divulgando dados falsos em defesa dos interesses dos empreendedores, mentindo para a população; que outro dado errado apresentado referia-se ao consumo da bacia que, na verdade, era de 60 m³ e não, de 25 m³ como fora colocado; que isto significava que a água quando chegava já passara 1,5 vezes pela torneira de alguém; que era muito fácil para o Presidente da Câmara Municipal de Limeira defender a instalação da termelétrica, pois o seu Município captava água no Rio Javari, onde a qualidade ainda era boa, e jogava os esgotos sem tratamento no Rio Piracicaba, para que os piracicabanos a bebessem; que outro dado falso afirmado pelo empreendedor referia-se à arrecadação de 100 milhões de reais de ICMS e, deste total, 30 milhões ficariam na cidade, quando na verdade o ICMS de energia seria distribuído pelos Municípios a partir do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

consumo, e não seria destinado ao local onde seria gerado; que o Estado de São Paulo não crescia mais por falta de água e que este empreendimento estava na contramão da história; que apelava para a consciência pessoal dos membros do Consema para separarem o joio do trigo, ou seja, mandarem para bem longe este empreendimento, cujo risco era matar definitivamente o Rio Piracicaba, uma vez que os estudos apresentados não ofereciam outra alternativa locacional. Luciano Júnior, Vereador do Município de Piracicaba, fez as seguintes considerações: que, embora inicialmente tivesse se posicionado favoravelmente à instalação dessa termelétrica a jusante do Rio Piracicaba, depois de conhecer os detalhes técnicos do projeto e ouvir os depoimentos dos moradores da cidade de Cubatão, que fizeram relatos sobre os problemas de poluição gerados por este tipo de empreendimento, mudou de opinião e se posicionava contrariamente à instalação desse empreendimento, não só em Piracicaba, mas em toda a região; que, como havia sido eleito pelo voto popular, se colocava ao lado da vontade do povo, que não queria o empreendimento na região, fato este demonstrado através de um abaixo-assinado com mais de 60 mil assinaturas. Passou-se à fase das réplicas. Goret Pereira Paulo, representante do empreendedor, fez as seguintes colocações: que a proposta do empreendimento fora entregue à Secretaria do Meio Ambiente através de um documento formal, o Estudo de Impacto Ambiental, elaborado por técnicos e especialistas no assunto, apresentando uma análise do impacto dessa termelétrica na região e o compromisso do empreendedor de adotar programas mitigatórios dos impactos ambientais; que este documento havia sido devidamente discutido pelas Câmaras Municipais de Americana, Nova Odessa, Piracicaba e Limeira, pelo Comitê de Bacias e por audiências públicas anteriormente realizadas, perfazendo um total de mais de trezentas reuniões com a comunidade. Alderico Marchi, representante da equipe responsável pelo EIA/RIMA, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que, com relação aos pontos de monitoramento levantados pelo professor Paulo Figueiredo, os mesmos foram planejados em função de se obter uma base de dados na região, e não para se monitorar para onde iria a pluma, pois era conhecido que esta se dirigiria para a região rural de Limeira; que, no que dizia respeito à qualidade do esgoto que iria ser utilizado por essa termelétrica e que fora referido no EIA/RIMA, sua classificação levou em conta os dados da Cetesb e do Departamento de Água e Esgoto do Município de Americana, que demonstravam que a quantidade de DBO do efluente deste Município era cerca de cinquenta vezes maior, em média, do que aquela recebida pelo Rio Piracicaba; que foi colocado não serem corretos os parâmetros utilizados para avaliar a qualidade do ar, mas, na realidade, eles obedeceram o padrão nacional recomendado pela Cetesb; que, em relação à barragem, o empreendedor defendia sua utilização como um elemento regulador; que, no que dizia respeito à poluição do Rio Piracicaba, possuía informações de que o Município não o utilizava mais para o abastecimento público há três anos e que este seria um dos motivos pelos quais se permitia a localização do empreendimento nessa região; que realmente seriam evaporados 1069 m³; que um dos motivos dessa escolha locacional foi a adoção de medidas estruturais como a ampliação da calha do Rio Piracicaba; que a região vinha sendo monitorada há 1 ano e 5 meses, elaborados estudos de comparação de parâmetros para cálculos dos impactos ambientais, uma vez que estes dados não existiam; que estavam sendo analisadas as concentrações de ozônio, SO_x e NO_x numa série de quinze monitoramentos realizados de acordo com os padrões indicados pela Cetesb e pelas agências internacionais; que as concentrações de NO_x de Americana eram de 50 microgramas por metro cúbico, cerca de 30% do padrão de qualidade do ar estabelecido por legislação. Paulo Figueiredo, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, fez as seguintes observações: que reiterava os pontos de vista que expusera anteriormente de que as medições da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

qualidade do ar e as simulações realizadas eram absolutamente equivocadas, pois não obedeciam aos parâmetros reconhecidos internacionalmente; que o empreendedor desconhecia a qualidade do ar da região, pois, num curtíssimo espaço de tempo, o monitoramento do ozônio revelou que eram altas as concentrações desse poluente, e que não fora simulada a formação deste poluente, apenas do NOx; que o capítulo do EIA referente à qualidade do ar era tão precário que poderia, até mesmo, ser considerado infantil; que pouco valeu a realização das trezentas reuniões mencionadas, pois os dados técnicos apresentados foram muito primários e a discussão não pôde ser devidamente aprofundada. Carlos H. Bocuhy, na condição de representante do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema, teceu as seguintes considerações: que agradecia a participação do professor Paulo Figueiredo que muito auxiliava o movimento ambientalista a avaliar se o que o empreendedor colocava para a sociedade era ou não verdadeiro; que a adoção de metodologia adequada para o monitoramento do ozônio era fundamental para se avaliar a viabilidade ambiental de uma termelétrica; que o momento da audiência pública era fundamental para que a sociedade se manifestasse em relação à implantação de empreendimentos que alterariam o cotidiano de suas cidades, mas não era admissível que houvesse manipulação da opinião pública, como verificara durante essa audiência; que os ambientalistas faziam *lobby* em prol da saúde, em prol do meio ambiente e da saúde pública, o que era muito diferente de se fazer *lobby* em prol do interesse privado, utilizando-se dos movimentos de cidadania para se legitimar. O Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, depois de informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, esclareceu que aqueles que, eventualmente, tivessem ainda qualquer contribuição a oferecer e quisessem agregá-la ao processo de avaliação ambiental desse empreendimento teriam o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir da data da realização da última audiência em Americana, para enviá-la à Secretaria Executiva do Consema, através de correspondência registrada ou protocolando-a diretamente nesse setor. Em seguida declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Deputado Estadual Ricardo Tripoli, agradecia a presença de todos e declarava encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, Secretário Executivo do Consema, lavrei e assino a presente ata.

GSF/ARP-MKA-JDO